

### Questão Discursiva 03085

Segurança Privada Ltda., pessoa jurídica de direito privado, propôs ação declaratória de nulidade de ato jurídico contra o Estado do Paraná, perante a 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas de Curitiba, alegando, em síntese, o seguinte: a) o Estado do Paraná publicou edital de licitação, tendo por objeto a administração de uma penitenciária localizada no seu interior; b) dentre os requisitos exigidos das empresas interessadas, constou, no art. 5º: "QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: Atestado de Capacitação Técnica na área de segurança penitenciária, de cadeia pública, presídio ou prisão, em qualquer parte do território nacional, com comprovação de experiência nessa atividade"; c) Também constou do Edital que: "Art. 6º. Não será permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio". Argumentou o autor que: a) tais exigências são ilegais, uma vez que implicam inaceitável restrição à participação das empresas interessadas; b) por não cumprir este requisito, foi desclassificada (não habilitada) do procedimento licitatório; c) sua desclassificação, portanto, foi ilegal. Com base nestes argumentos, pediu fosse declarada a nulidade de todo o procedimento licitatório, bem como do contrato celebrado com a empresa vencedora da licitação, Cadeado - Administração Penitenciária Ltda.

Requeru, liminarmente, com base no art. 273, do CPC, a título de antecipação da tutela pleiteada, a suspensão do contrato já celebrado com a empresa vencedora da licitação, até o julgamento final da ação.

O requerimento de antecipação da tutela foi deferido, através de decisão interlocutória, que determinou a suspensão do contrato.

Na qualidade de Procurador do Estado do Paraná, que providência (s) processual (is) você tomaria contra o provimento antecipatório da tutela e que argumentos de direito processual e material utilizaria?